

RELATÓRIO DE ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO 2º QUADRIMESTRE/2018

Relatório: Prestação de Contas Quadrimestral

Nº 002/2018

Natureza Jurídica: **Fundo Municipal de Educação (Gestão)**

Gestor: Manoel Joaes da Silva / Edilene Araujo da Ressurreição

Controle Interno: Adelmo Rocha Bicalho

Período: De Maio a Agosto de 2018

Finalidades do Relatório:

Este relatório visa, exame das demonstrações contábeis gerados pela contabilidade e os atos e fatos praticados pelos gestores do Fundo Municipal de Educação: Manoel Joaes da Silva até 30/06/2018; Edilene Araujo da Ressurreição à partir de 01/07/2018 – Secretários Municipal de Educação, no 2º quadrimestre de 2018. Em atendimento ao Art. 70 da Constituição Federal; as Leis Federais 4.320/1964 e 101/2000 (LRF); Resolução nº 7.739/2005/TCM/PA; Lei Municipal nº 955 de 28/12/2017; ainda considerando as resoluções nº 10.329/2012 e 02/2015 do TCM/PA que solicita o relatório como parte integrante da Prestação de Contas. Objetivos a ser alcançado por este relatório, assegurar o cumprimento de leis, regulamentos e diretrizes da organização; salvaguardar o ativo e assegurar a legitimidade do passivo; assegurar que todas as transações realizadas durante o 2º quadrimestre do ano de 2018, sejam validadas, registradas, autorizadas e totalizadas corretamente.

Funções primordiais do controle interno são de acompanhar, orientar, fiscalizar, adotar quaisquer procedimentos para um bom desempenho das funções da instituição, seja ela documental ou operacional dentro de seu âmbito de atuação; fornecer subsídios ao gestor através de relatórios quadrimestrais e outros documentos, dando mais agilidade na correção de eventual desvio de função ou conduta que possa trazer prejuízos ao erário público, e comprometer administração pública.

SUMARIO

1- Do Orçamento e Suas Alterações

2- Gasto com Pessoal

3- Contribuições Previdenciárias

4- Concessões de Diárias

5- Patrimônio

6- Restos a Pagar

7- Da Contabilidade

8- Das Considerações Finais

9- Nota Explicativa

1 – Do Orçamento e Suas Alterações:

DOTAÇÃO INICIAL	112.194.997,00
DOTAÇÃO SUPLEMENTAR	0,00
DOTAÇÃO ESPECIAL	0,00
DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA	0,00
TOTAL DA DOTAÇÃO	106.188.497,00
DOTAÇÃO ANULADA	6.006.500,00
DOTAÇÃO FINAL	94.264.005,24
DOTAÇÃO FINAL – SALDO DISPONÍVEL	11.924.491,76

Para o exercício de 2018 a despesa foi fixada e a receita foi estimada pela Lei Municipal nº 955 de 28/12/2017. Dotação inicial no valor de **R\$ 112.194.997,00**, Sendo atualizada de despesa para o Fundo Municipal de Educação/Secretaria Municipal de Educação no montante de **R\$ 6.006.500,00 (-)**. Para o 2º quadrimestre a dotação foi atualizada para **R\$ 106.188.497,00**. Realizada no valor de **R\$ 94.264.005,24**.

Na análise do Balancete Resumido se verificou que a despesa empenhada no período correspondeu a **88,77%** da dotação fixada. E que houve créditos adicionais no montante de **R\$ 0,00**. Sendo que foi constatada a abertura de créditos adicionais suplementares por fonte de anulação no período em conformidade com o art. 42 e 43 da Lei 4.320/64.

2 – Gasto com Pessoal:

LIMITE DO PODER EXECUTIVO (ART. 20, INCISO III, ALÍNEA “B” DA LC 101/2000)

DESPESA COM PESSOAL (PM + FUNDOS + SAAE + IPASET + CTTUC – CM)	VALOR EM R\$
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL – (I)	169.018.411,73
PESSOAL ATIVO	170.421.610,05
PESSOAL INATIVO E PENSIONISTAS	10.550.651,38
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (ART. 19, § 1º – LRF)	11.953.849,70
INDENIZAÇÃO POR DEMISSÃO E INCENTIVO À DEMISSÃO VOLUNTÁRIA	420.643,64
DECORRENTES DE DECISÃO JUDICIAL	164.159,27
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	890.297,24
INATIVOS COM RECURSOS VINCULADOS	10.478.749,55
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL – TERCEIRIZADOS (ART. 18, § 1º – LRF) – (II) – CONSULTORIA	
ENCARGOS PATRONAIS ESTIMADOS E NÃO APROPRIADOS – (III)	
TOTAL DA DESPESA C/ PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE – TDP	173.092.201,88
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	295.722.671,92
TDP/RCL – %	58,53%
LIMITE MÁXIMO (INCISOS I, II E III, ART. 20 – LRF) – 54%	159.690.242,84

O Fundo Municipal de Educação, em forma de regime estatutário e comissionado com cargos criados e funções definidas em conformidade com a Lei Municipal de Plano de Cargos e Salários, durante o 2º quadrimestre do ano de 2018, a folha de pagamento do pessoal consumiu os recursos no valor total de **R\$ 29.612.555,36**.

3 – Contribuições Previdenciárias:

Foi pago no período de obrigações previdenciárias **R\$ 6.969,876,61**, sendo **R\$ 707.319,92** de INSS e **R\$ 6.262.556,69** de IPMP correspondendo às despesas com pessoal efetuando a correta apropriação (empenhamento) e Recolhimento das Obrigações Patronais.

4 – Concessões de Diárias:

Os processos de concessão de diárias para o pessoal civil do Fundo Municipal de Educação foram todos realizados de acordo com a Lei Municipal nº 888/2015 e 905/2015 que regulamenta as concessões de diárias do Poder Executivo Municipal, porém, não foram localizados documentos (além das portarias de autorização de viagens/ CI autorizadas pelos ordenadores de despesas) que comprovem a realização da viagem, não cumprindo a exigência de anexar comprovantes de uso efetivo das diárias. No período o gasto com diárias do pessoal civil foi de **R\$ 28.630,00**.

5 – Patrimônio:

No decurso do 2º quadrimestre de 2018 foram adquiridos bens móveis e/ou imóveis no montante de **R\$ 870.327,95**. Os bens encontram-se regularmente conferidos e tombados.

6 – Restos a pagar

Ao final do 2º quadrimestre do exercício de 2018, o Fundo Municipal de Educação processou e pagou o valor de **R\$ 3.121.981,60** em restos a pagar processados e não Processados e ficando inscritos em restos a pagar processados os montantes de **R\$ 194.525,84**. Em restos a pagar não processados **R\$ 19.275.888,24**. Cancelou em restos processados e não processados até o 2º quadrimestre **R\$ 207.791,25**. Apresenta em depósitos bancários o valor de **R\$ 33.116.082,49**.

7 – Da Contabilidade:

A contabilidade encontra-se em conformidade com a legislação vigente refletindo adequadamente a situação da contabilidade orçamentária financeira, contabilidade patrimonial, conforme balancetes previstos na Lei 4.320/64, conforme Lei 101/2000 (LRF). Sendo que a contabilidade patrimonial está em fase de adequação para efeitos contábeis para poder refletir uma realidade atual. Todas as operações contábeis são realizadas com documentação própria, assinadas pelo contador, gestor e tesoureiro.

8 – Das Considerações Finais:

Do trabalho realizado pela controladoria podemos concluir que no período referente ao 2º quadrimestre do ano de 2018, o Fundo Municipal de Educação buscou atender art. 37, caput da CF, que dispõe sobre administração pública dos poderes da União, dos Estados, Distrito Federal, e dos Municípios obedecendo aos princípios da

legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na gestão pública, atendendo ao limite constitucional previstos para o Poder Executivo Municipal, respeitando as legislações vigentes para a contabilidade pública como a Lei Federal 4.320/64 e 101/2000 e a Lei Orgânica do Município.

Para elaboração do presente relatório, o controle interno fez levantamento por amostragem dos processos gerados, das despesas incorridas no 2º quadrimestre do ano de 2018. A metodologia utilizada foi analisar o cumprimento dos limites legais estabelecidos para o Executivo Municipal, mas também não menosprezando as despesas continuadas, pois temos como princípio a economicidade, eficiência na utilização dos recursos públicos, dando pareceres, quanto à legalidade nos atos e fatos gerados por esta casa de leis, quanto a geração de documentos comprobatórios para a realização das despesas, segundo a legislação vigente atualmente.

9 – Notas Explicativas:

A Prefeitura Municipal de Paragominas sempre buscou manter estreito relacionamento com a Corte de Contas TCM/PA, no cumprimento de sua função executiva, respeito à legislação, quanto ao uso de bens públicos e trato ao erário, primando pela economicidade, aprimoramento, transparência, sempre visando melhorar o atendimento aos anseios dos munícipes.

Paragominas (PA), 25 de setembro de 2018.

Adelmo Rocha Bicalho

Controle Interno